

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

KELLEN APARECIDA SANTOS PEREIRA

**A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NAS NEGOCIAÇÕES
AMBIENTAIS: Uma análise nos Governos Lula (2003-2010)**

UBERLÂNDIA
2023

KELLEN APARECIDA SANTOS PEREIRA

**A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NAS NEGOCIAÇÕES
AMBIENTAIS: Uma análise nos Governos Lula (2003-2010)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientador (a): Prof. Dr. Laurindo Paulo Ribeiro Tchinhamá

UBERLÂNDIA
2023

Resumo

O Brasil é um dos países com participação ativa nas discussões internacionais sobre questões ambientais, e é reconhecido pelo seu protagonismo na articulação e proposição de pautas no âmbito multilateral desde o século passado, com um maior protagonismo no início dos anos 2000. Este artigo analisa a Política Externa do Brasil durante os dois primeiros governos de Luiz Inácio Lula Da Silva (2003-2010) nas negociações ambientais globais, destacando a transição do foco na soberania amazônica para uma postura pró-sustentabilidade. A hipótese central do trabalho defende que o Brasil buscou equilibrar o desenvolvimento econômico e as preocupações ambientais, posicionando-se como um protagonista global. Através de uma combinação de revisão literária e análise documental, esta pesquisa prevê *insights* sobre a complexa relação entre Política Externa e as preocupações ambientais no cenário internacional.

Palavras chaves: Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, Política Externa Brasileira; Negociações Ambientais; Sustentabilidade Global; Mudanças Climáticas.

Abstract

Brazil is one of the countries with an active participation in international discussions on environmental issues, and has been recognized for its leading role in articulating and proposing agendas at the multilateral level since the last century, with a greater role in the early 2000s. This article analyzes Brazil's foreign policy during the first two governments of Luiz Inácio Lula Da Silva (2003-2010) in global environmental negotiations, highlighting the transition from a focus on Amazonian sovereignty to a pro-sustainability stance. The central hypothesis of the paper argues that Brazil sought to balance economic development and environmental concerns, positioning itself as a global player. Through a combination of literature review and documentary analysis, this research provides insights into the complex relationship between foreign policy and environmental concerns on the international stage.

Keywords: Brazil, Luiz Inácio Lula da Silva, Brazilian Foreign Policy; Environmental Negotiations; Global Sustainability; Climate change.

INTRODUÇÃO

Para alcançar um entendimento completo do papel do Brasil nas negociações ambientais à nível internacional, é necessário delimitarmos uma série de análises sobre a temática. Neste artigo, adentraremos no intrigante panorama da Política Externa Brasileira (PEB) durante os dois primeiros mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva, entre os anos de 2003 a 2010, com foco no contexto das negociações ambientais. Quanto à liderança de Lula, é imperativo traçar um quadro mais amplo, retrocedendo às administrações governamentais anteriores. Desde o governo de José Sarney de Araújo Costa (1985-1990), as preocupações ambientais delimitaram os moldes da agenda internacional, dessa forma, o Brasil se depara novamente como ator de destaque nos debates globais. Contudo, naquela época, as políticas externas tinham maior enfoque na proteção da Amazônia do que na promoção de uma agenda sustentável a nível global, defendendo sua soberania sobre a floresta. Desde os tempos em que o Brasil era colônia, a Amazônia já integrava o cenário político internacional. Isto se devia principalmente a dois fatores. O primeiro é histórico, já que a floresta foi alvo de disputas entre as colônias europeias entre os séculos XVI e XIX. O segundo fator é geográfico: a floresta sul-americana se encontra espalhada pelo território de nove países (Bezerra, 2013).

Assim como o Brasil era visto como uma fronteira de recursos, a Amazônia era vista da mesma maneira pelos países que a constituíam. Os países da América do Sul viam a Amazônia como um lugar a ser explorado pelos seus recursos. A região funcionava como uma “ilha” econômica (Becker, 1982), cuja única função era prover matérias-primas locais para fora do país. O ciclo da borracha levou à região forças devastadoras no que diz respeito à extração dos recursos, o que produziu cenários econômicos e sociais de pouca equidade (Pádua, 2000). Com o fim do ciclo da borracha a região passou a ser vista como um “inferno verde”, com solos pouco próprios e com rápida deterioração (Becker, 1982). A Amazônia retorna à pauta da política brasileira com mais força a partir de 1940, com o surgimento do projeto desenvolvimentista (Antiquera, 2006). O projeto reflete o entendimento da região como uma fronteira de recursos. A criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953, marca o início das políticas públicas voltadas a uma maior integração da região à vida econômica do país (Bezerra, 2013).

Em um mundo cada vez mais preocupado com as questões ecológicas, as políticas

ambientais ganham um brilho peculiar no cenário internacional. Assim, este estudo tem como missão principal compreender a contribuição do Brasil para as discussões globais, particularmente em relação às mudanças climáticas, da conservação da biodiversidade e do uso sustentável dos recursos naturais, além de analisar os impactos de suas políticas durante esse período crucial. As décadas que sucedem o Governo Sarney (1985-1990) testemunharam uma transformação marcante na abordagem brasileira no que tange às questões ambientais. Com os governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992), Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e, posteriormente, nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), é possível remontamos à uma transição da ênfase na soberania territorial amazônica para um compromisso com a sustentabilidade global. Nesse contexto, a Política Externa Brasileira durante os governos de Lula representou uma fase crítica de transição e consolidação de uma abordagem mais proativa em relação às questões ambientais.

Diante da complexidade desse contexto, o artigo busca responder à seguinte pergunta: Qual foi o posicionamento da Política Externa Brasileira durante os governos de Lula (2003-2010) nas negociações internacionais sobre questões ambientais globais? A hipótese central é de que o Brasil buscou equilibrar o desenvolvimento econômico com as preocupações ambientais, promovendo ênfase nas responsabilidades nacionais e internacionais para posicionar o país como um protagonista global nas negociações ambientais nos instrumentos e mecanismos internacionais. A abordagem combina um estudo qualitativo e técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, contando com artigos, teses, relatórios, jornais e outros, adotando uma postura descritiva-explicativa para uma análise profunda das mudanças e desafios enfrentados pela Política Externa Brasileira. Em termos estruturais, na primeira seção, discutimos a fundamentação teórica da política externa brasileira, explicando conceitos relevantes para compreender a PEB relacionado ao meio ambiente. Na segunda seção, estabeleceremos uma base sólida e abrangente das estratégias governamentais em Fóruns e Conferências Internacionais na defesa da Amazônia. Na terceira seção do artigo avaliamos as relações internas e a influência dos atores domésticos, medindo os impactos das políticas adotadas e, por fim, na quarta seção, resumiremos os impactos e principais resultados, buscando-se apontar os próximos caminhos do Brasil diante da temática, uma vez que o país pode ser sede de eventos internacionais sobre questões ambientais nos próximos anos.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA POLÍTICA EXTERNA

A Política Externa Brasileira (PEB) é um campo vasto e complexo, no qual diversas variáveis influenciam as decisões e ações dos atores no cenário internacional, afetando os interesses econômicos, políticos e ideológicos de um governo, que por suas vezes, podem orientar a política externa, bem como os diferentes atores da sociedade, incluindo grupos de interesse e emissores de opinião pública. Esta seção busca analisar o conceito teórico sobre a Política Externa Brasileira, com foco e passagem em eventos dos séculos XX e início do século XXI. Como base, utilizaremos a obra “*Política Externa Brasileira: Os Desafios de sua Caracterização como Política Pública*”, escrita por Carlos Milani e Patrícia Pinheiro, em 2013. A política externa aplicada no Brasil vem se desenvolvendo e se prontificando a moldar-se às negociações internacionais, em conjuntura à sociedade internacional como um todo. O protagonismo brasileiro incontestável e pela posse amazônica, colocando em pauta um grande desafio existente para a governança brasileira.

Durante a primeira metade da década de 1990, o Brasil passava por mudanças significativas em suas abordagens e estratégias de política externa, influenciadas por fatores internos e externos, endógenos e exógenos aos Governos. Durante o Governo de Sarney (1985-1990), é imprescindível destacar as relações entre Brasil e Estados Unidos da América (EUA) que passaram por um período de aproximação e cooperação, e grande parte disso, devido à chamada ‘política da distensão’¹. Este alinhamento tem como base a estabilidade política na América Latina, no entanto, as ideias de autonomia e independência do Brasil ato² desempenharam um papel importante. O país passa a buscar manter sua soberania e independência na tomada de decisões internacionais e ao mesmo tempo, buscava uma relação construtiva com os EUA. Tal equilíbrio entre interesses nacionais e parcerias internacionais moldaram a Política Externa Brasileira no período de 1985-1988 (Vieira, 2001). O Governo, por sua vez, compreendia a pauta ambiental como uma oportunidade e não uma questão problemática para o Brasil (Lago, 2006).

Portanto, no início da década de 1990, a PEB equilibrava a busca por interesses nacionais concretos, a partir da promoção de uma participação ativa em organizações internacionais e fóruns, com a participação na elaboração e introdução de leis preventivas

¹ Estratégias diplomáticas e políticas adotadas por países ou blocos de nações com o objetivo de reduzir tensões, melhorar as relações e promover a cooperação em áreas de conflito ou rivalidade;

² Pensamento de um Brasil apenas da forma como é, sem projeção;

na mitigação do Aquecimento Global e nas buscas científicas que promovessem maior compreensão acerca do tema. O país ganha destaque e liderança nas negociações do clima, bem como na criação de grupos com propostas similares, visando a mitigação — a exemplo, o BASIC, instituído durante a COP-15, no Canadá. Ademais, as instituições governamentais desempenharam um papel crucial na condução da política externa, assim como as relações entre os poderes Executivo e Legislativo. Conforme Vieira (2001), essa era uma fase de transformações significativas na PEB, moldada pela interação complexa entre ideias e instituições, tendo esses fatores como fundamentais para a compreensão da política externa brasileira contemporânea. Nesse contexto, destacava-se a busca por interesses econômicos concretos e a promoção da estabilidade regional como prioridades da política externa, implicando em uma abordagem realista quanto aos desafios internacionais, incluindo parcerias comerciais e a manutenção da paz na região.

O Ministério das Relações Exteriores, o Itamaraty, foi central na coordenação e execução das políticas externas do país, como a formulação de políticas e negociações internacionais, servindo como filtro das preferências da Presidência da República durante toda a década de 1990. Além disso, observa-se que as relações entre os poderes Executivo e Legislativo desempenharam um papel vital para essa manutenção, uma vez que a capacidade do Governo em obter apoio legislativo, influenciou diretamente a tomada de decisões e a implementação das políticas externas do Brasil (Vieira, 2001). Ao chegarmos na virada de século, a PEB passa a adotar o conceito do *multilateralismo da reciprocidade*³, que se aplica não apenas ao comércio internacional, mas também a aspectos da ordem internacional, onde podemos citar, a economia, o comércio, a segurança, as questões ambientais, a saúde e os direitos humanos (Cervo Bueno, 2002). Tal conceito enfatiza a importância de regras multilaterais que beneficiem a todas as nações, evitando que a ordem internacional seja dominada por nações mais ‘poderosas’. O Brasil, com um vasto histórico de protagonismo internacional, como o fundador de importantes órgãos multilaterais — como o Acordo Geral de Tarifas Comerciais, ou, *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização das Nações Unidas (ONU) — defende a busca de soluções pacíficas, com negociações amplas e a promoção

³ Proposto por José Botafogo Gonçalves, o conceito prevê uma abordagem alternativa para o engajamento do Brasil no cenário internacional. As buscas de relações multilaterais deveriam ser baseadas em uma lógica de reciprocidade, ou seja, estabelecer parcerias e acordos nos quais os benefícios fossem compartilhados de maneira equitativa entre os participantes, em contraposição a relações desiguais e hierárquicas;

dos interesses de países já desenvolvidos e em desenvolvimento a partir do multilateralismo. No entanto, a diplomacia brasileira reconhece que o multilateralismo enfrenta grandes desafios, como a falta de representatividade no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e a necessidade de equilíbrio na OMC.

A partir de 2003, o Brasil fortaleceu sua capacidade de pleitear reciprocidade nas relações internacionais, exemplificado pela criação do G-20 em Cancún, quando os EUA e a União Europeia (UE) tentaram impor um acordo comercial injusto. A diplomacia brasileira amplia o conceito de multilateralismo, incorporando sua reciprocidade no domínio das relações internacionais, destacando a importância de regras compartilhadas para garantia de benefícios recíprocos e, por fim, evitar que os interesses de alguma nação prejudiquem outras. Esse conceito desafia duas ideias teóricas: a estabilidade hegemônica, que sugere que a ordem internacional é baseada na ação unilateral da potência dominante e a concepção de que o regime político de um país está intrinsecamente ligado à paz, desenvolvimento e justiça. A diplomacia brasileira argumenta que o multilateralismo é essencial para preservar uma ordem global justa e aceitável, independentemente de considerações hegemônicas, e que a natureza democrática ou autoritária dos regimes políticos não é um fator determinante para o sucesso econômico e social (Cervo Bueno, 2002).

De acordo com Manfred Wilhelmy (1988), conforme citado na obra *“Política Externa Brasileira”*, de Henrique Altemani Oliveira (2005), a PE é definida como o conjunto de atividades políticas pelas quais o Estado promove seus interesses perante os demais Estados. Roberto Russell (1990), também citado Altemani, expande o conceito ao incluir três dimensões separáveis: (i) político-diplomática, (ii) militar-estratégica e econômica, projetando-se no âmbito externo perante diversos atores e instituições governamentais e não-governamentais, de modo bilateral e multilateral. Dessa forma, a PE representa a atuação do Estado na defesa dos interesses de instituições como empresas, grupos sociais e organizações não governamentais. A legitimação do Estado, como intermediário público, se deve ao fato de que as condições de vida das populações dependem do desempenho dos Estados em que vivem. A definição do interesse nacional pode variar dependendo da perspectiva, sendo a sobrevivência e a integridade territorial e política da nação um conceito realista, enquanto outras perspectivas consideram que o interesse nacional depende das preferências e interesses da coalizão política vencedora.

Sendo assim, a política externa envolve a análise das realidades internas e externas para compatibilizar necessidades internas com suas respectivas possibilidades externas, buscando interesses convergentes e vantagens mútuas nas relações entre Estados e Organizações. As mudanças no sistema internacional, após o fim da Segunda Guerra Mundial e o declínio da Europa como líder mundial, levaram a um sistema político complexo, após o choque de coalizão ideológica advindo da Guerra Fria, dividindo o mundo em dois blocos. Assim, o enfraquecimento do sistema bipolar permitiu a países menos desenvolvidos atuarem de acordo com suas prioridades e interesses. Em outras palavras, a PE é influenciada por mudanças sistêmicas e visa a redefinir a inserção de um país no sistema internacional, levando em consideração as oportunidades resultantes dessas transformações, representando um esforço intelectual e prático para identificar interesses compartilhados ou em conflito entre diferentes parceiros. A premissa subjacente é que as relações entre Estados são moldadas pelos pontos de interesse comuns que eles compartilham (Oliveira, 2005).

1.1. RELAÇÃO DO BRASIL COM A AMAZÔNIA E AS POLÍTICAS AMBIENTAIS

Explorando a temática do artigo, é importante destacar que, durante a era colonial, a Política Externa Brasileira (PEB) relacionada à Amazônia foi moldada por conflitos territoriais entre as potências europeias nos séculos XVI ao XIX. A extensão territorial vasta da floresta, repleta de recursos naturais estratégicos, transformou-a em uma zona disputada entre as nações coloniais. A complexa geografia da região, com sua densa floresta e condições climáticas extremas, tornava a ocupação territorial um desafio logístico. A percepção do papel da floresta na consolidação territorial do Brasil não ficou restrita apenas ao período colonial. Depois da proclamação da República, e durante todo o mandato de Rio Branco (1902-1912), a região continuou a desempenhar um papel importante em relação a este objetivo. A resolução da questão do território do Amapá (1900), que envolvia a França, e a aquisição do Acre (1903), colocando um fim na disputa com a Bolívia, ilustram este último ponto (Bezerra, 2013). Mesmo com a grande perda de espaço na agenda política internacional, a Amazônia se mostrou importante para o impulsionamento brasileiro, vista que se estende pelos países andinos, com exceção do Chile, fator importante na disputa pela hegemonia na região contra a Argentina. E também pela possibilidade de utilização da bacia Amazônica como um trampolim para a sua

projeção na região. Somente entre os anos 1940 a 1970 é que se desenvolve o projeto de utilização da bacia Amazônica como uma questão estratégica.

No primeiro Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), o Brasil implementou diversas decisões e estratégias significativas em sua PE, com a priorização do desenvolvimento de relações com países em desenvolvimento, especialmente na região da América Latina, África e Ásia, seguindo a abordagem reconhecida como diplomacia Sul-Sul. Essa perspectiva enfatizava a cooperação e solidariedade com nações enfrentando desafios semelhantes aos do Brasil. Houve uma busca ativa pelo fortalecimento da integração regional na América do Sul, culminando na criação de instituições como a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), além de outras iniciativas. Essas iniciativas buscaram promover a estabilidade e a cooperação na região, consolidando a presença do Brasil como um líder regional. Outra área de foco foi o comércio internacional. O Brasil intensificou seus esforços para diversificar seus parceiros comerciais e aumentar sua presença no comércio global. Um exemplo notável foi a participação ativa do Brasil na Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, buscando melhores condições para as exportações brasileiras. Além disso, o Brasil enfatizou a cooperação na produção e distribuição de energia na América do Sul, reconhecendo a crescente importância das questões energéticas na política global.

Politicamente, o Brasil enfrentou desafios internos e externos durante o início do século XXI, como a promoção de valores democráticos, a manutenção da estabilidade econômica e o combate à pobreza, além da desigualdade. Buscava-se equilibrar suas políticas internas com suas aspirações globais, almejando consolidar sua imagem de uma nação em desenvolvimento comprometida com o progresso social e a estabilidade política. No cenário internacional, procurava consolidar o papel como um ator global relevante. Vale ressaltar que o governo Lula promoveu uma diplomacia ativa e multilateral, com ênfase na busca por soluções pacíficas para conflitos internacionais, na promoção do desenvolvimento sustentável e na defesa dos interesses dos países em desenvolvimento. Isso contribuiu para elevar o perfil do Brasil, como uma voz influente na arena internacional, especialmente em questões relacionadas ao desenvolvimento, comércio, mudança climática e direitos humanos (Figueira, 2011). Conforme destacado por Tolmasquim (2011), presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), citado por

Aguiar, Mattos e Cardoso (2015), apesar desses desafios, o Brasil registrou progressos notáveis no âmbito ambiental antes da conferência Rio+20, em 2012. Esses avanços incluíram uma redução significativa nas taxas de desmatamento entre 2004 e 2011 e um aumento no uso de fontes de energia renovável, tendo-se em 2011, 44,1% da energia produzida no país provida de fontes renováveis, uma porcentagem substancialmente superior à média mundial.

Nesse período, houve uma mudança significativa no discurso ambiental brasileiro, com uma diminuição do foco na soberania amazônica. O termo "soberano" foi mencionado com menos frequência no documento preparatório da Rio + 20, de 2012. Quando mencionado, foi em um contexto mais construtivo, promovendo parcerias entre países desenvolvidos e em desenvolvimento com respeito à soberania. Essa mudança no discurso reflete uma postura mais conciliadora do país em relação às questões ambientais (Viola; Franchini, 2012). Embora o Brasil seja frequentemente visto como uma potência ambiental tradicionalista devido à sua ênfase em políticas de desenvolvimento em detrimento das ambientais, seu discurso evoluiu ao longo dos anos, alinhando-se melhor com as expectativas globais, mesmo que a implementação de ações efetivas e políticas proativas no campo ambiental ainda fossem necessárias (Viola; Franchini, 2012).

2. ESTRATÉGIAS DO BRASIL EM FÓRUNS INTERNACIONAIS

Nesta seção do trabalho, analisaremos como o Brasil se envolveu em âmbito internacional para proteger a Amazônia, reconhecendo-a como um ativo global crucial para o meio ambiente e o equilíbrio climático global. Com foco nos governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2006-2010), notamos o marco de um período crítico na história da atuação brasileira em fóruns e conferências globais na defesa da Amazônia. Durante o período, o país implementou estratégias e políticas visando abordar essas preocupações, enquanto suas relações diplomáticas e alianças estratégicas influenciaram sua posição em fóruns internacionais. Ademais, o Brasil viu avanços notáveis, especialmente com o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e a criação de unidades de conservação. O PPCDAm tinha como objetivo reduzir o desmatamento por meio de ações de fiscalização, monitoramento e estímulo a práticas sustentáveis. Embora tenha havido algumas melhorias iniciais, os resultados foram mistos devido a desafios como a pressão econômica sobre a região e a falta de implementação eficaz das políticas.

Conforme afirmado por Pecequillo (2008), para implementar sua política externa, o Governo Lula deparou-se com uma série de desafios que exigiram a revisão de paradigmas anteriores. Inicialmente, a percepção de fragilidade foi substituída por uma reavaliação do papel do Brasil como uma potência média e uma nação emergente que necessitava de uma diplomacia de alto nível alinhada com suas capacidades e necessidades. Além disso, houve uma ênfase maior na promoção de interesses políticos e econômicos, juntamente com uma agenda social que reflete o contexto pós-globalização (Pecequillo, 2008). Em 2009, durante a COP-1, em Copenhague, o Brasil anunciou compromissos voluntários para redução de emissão de gases causadores do efeito estufa (GEE) em 36,1% a 38,9% até 2020 (Memorial da Democracia, 2009). O Brasil também liderou as discussões sobre metas de redução de efeito estufa e combate ao desmatamento na Amazônia durante a COP-15, e o documento final da conferência foi redigido em conjunto com os EUA, China, Índia e África do Sul.

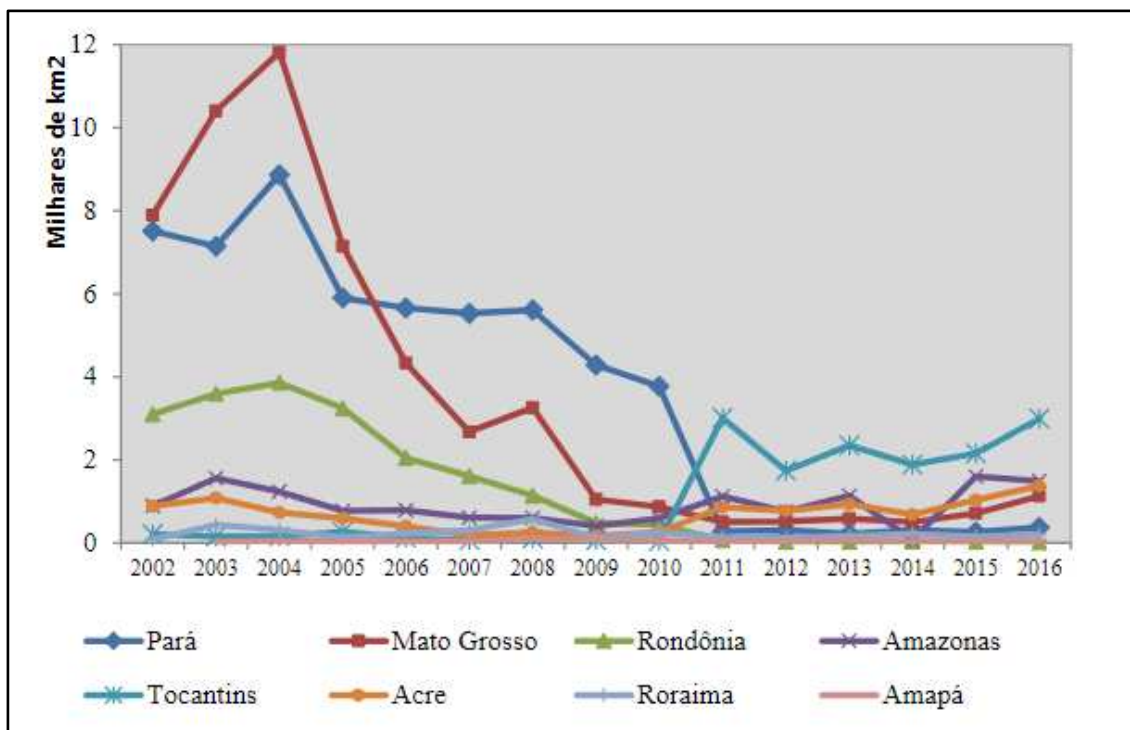
Um outro aspecto basilar das políticas ambientais desenvolvidas pelo Brasil, é a Política Nacional sobre Mudança do Clima, com base nos acordos e objetivos firmados durante a COP-15 (Memorial da Democracia, 2009). A proposta foi debatida em reuniões com ministros do Meio Ambiente, Relações Exteriores, Ciência e Tecnologia, bem como representantes do Ministério da Fazenda e da Casa Civil. Além da redução no desmatamento da Amazônia, as medidas incluíam a criação de mil novos cargos para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) e para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a aprovação do Fundo Clima e a apresentação de uma meta global de redução de emissões de GEE (Ministério do Meio Ambiente, 2009). Sob a presidência de Lula, o projeto PRODES, amplamente apoiado e fortalecido como parte dos esforços para enfrentar as questões ambientais e o desmatamento na região amazônica, monitorou o desmatamento na Amazônia, envolvendo o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o IBAMA. Ele está inserido como uma ação do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) no Grupo Permanente de Trabalho Interministerial para a redução do desmatamento na Amazônia Legal, criado por decreto presidencial em 2005. Esse grupo de atores faz parte do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, lançado em 2004 (Ipam, 2023).

As negociações internacionais entre vários líderes políticos de países, como, por exemplo, o grupo BASIC — Brasil, África do Sul, Índia e China —, EUA e União

Europeia, determinou que países desenvolvidos deveriam fornecer apoio financeiro, recursos tecnológicos e capacidade de empreendimento para ajudar países menos desenvolvidos e ilhas a se adaptarem às mudanças climáticas. Os países desenvolvidos se comprometeram a fornecer US\$30 bilhões entre 2010 e 2012, com o objetivo de mobilizar US\$100 bilhões por ano até 2020 para auxiliar a adaptação nos países mais pobres (Pensamento Verde, 2014). No entanto, acordos como o de Copenhague, enfrentaram críticas significativas de países como Venezuela, Nicarágua, Cuba, Bolívia e Sudão, especialmente por não estabelecer metas vinculativas de redução de emissões de gases de efeito estufa. As versões preliminares do acordo incluíam uma meta de corte de 80% das emissões até 2050 (Marques, 2010). Que foi posteriormente removida do documento final. Além disso, o tratado carecia de detalhes sobre o Mercado de Carbono, mencionando apenas o uso contínuo de mercados para melhorar a relação custo-benefício e promover ações de mitigação (Marques, 2010).

Ademais, os programas de monitoramento da alteração da cobertura florestal na Amazônia, operados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), sob utilização do sistema de informações geográficas *Terraamazon*, baseado em código aberto [*open source*], permitindo o desenvolvimento colaborativo de ferramentas de sistema de informação geográfica (SIG) para análise e acompanhamento da floresta amazônica. Esses dados são fundamentais para acordos internacionais do INPE (INPE-Prodes – Amazônia, s.d). Essa discussão transcende questões meramente ambientais, estendendo-se a aspectos socioeconômicos, culturais e geopolíticos. O mapeamento do desmatamento na Amazônia ao longo dos anos tem sido uma ferramenta crucial para entender a evolução das políticas ambientais e suas consequências. Mapas que destacam áreas desmatadas, unidades de conservação e territórios indígenas ajudam a visualizar a dinâmica das mudanças ambientais, fornecendo dados importantes para embasar políticas mais eficazes e estratégias de preservação. A seguir, temos uma figura que ilustra o mapeamento dos índices de desmatamento na Amazônia durante os anos de 2002 a 2016.

Figura 1 - Desmatamento na Amazônia 2002-2016



Fonte: Castelo, 2018

O artigo “*Governos e mudanças nas políticas de combate ao desmatamento*”, de Thiago Bandeira Castelo (2018), argumenta que por meio do projeto PRODES, observou-se a maior redução nas taxas de desmatamento no estado de Mato Grosso durante toda a história. Em 2004, o estado registrou quase 12.000 km² de áreas desmatadas, um número que diminuiu significativamente para menos de 900 km² em 2010. Nesse mesmo período, a Amazônia Legal enfrentou um desmatamento de 27.771 km². Concomitantemente, o Governo lançou um programa mais abrangente visando combater práticas ilegais de desmatamento e incêndios florestais, focado no desenvolvimento sustentável da região. O Programa Plurianual (2004-2007) para a Amazônia, sob a gestão do Governo Lula, englobou diversas iniciativas, incluindo o PPCDAm, citado anteriormente, e o Plano Amazônia Sustentável (PAS), de 2008, que buscou coordenar esforços em âmbito nacional e estadual. Os planos do governo tiveram atuação no âmbito nacional e estadual, onde os governos dos estados da Amazônia Legal firmaram estratégias para melhor ordenamento territorial, monitoramento e controle das atividades sustentáveis. A seguir, a figura 2 dá uma visão do início desses programas pelos pontos de execução ou inflexão das políticas ambientais no governo Lula na série histórica analisada juntamente com a queda do desmatamento nos principais estados desmatadores e na Amazônia como um todo

(Castelo, 2018).

No segundo mandato de Lula (2007-2010), a atuação do Brasil em fóruns e conferências globais na defesa da Amazônia se fortaleceu ainda mais. O país manteve seu compromisso com a preservação ambiental, expandindo áreas de conservação e fortalecendo o monitoramento do desmatamento. Com o Brasil percebendo redução significativa das taxas de desmatamento, optou por buscar maiores esforços diplomáticos, em prol de manter o desenvolvimento soberano-amazônico. No entanto, os desafios persistiram, incluindo as pressões econômicas e políticas internas, bem como influências de atores diversos, que afetaram as políticas ambientais do país. O equilíbrio delicado entre a proteção ambiental e o desenvolvimento econômico permaneceu uma questão complexa, sendo influenciado por diversos interesses e atores, tais como setores industriais, grupos de pressão, lobbies políticos e até mesmo mudanças na opinião pública.

Nas negociações para a COP-15, realizadas em diversas etapas ao longo de 2009, nas cidades de Bonn, Bangkok e Barcelona, notou-se poucos avanços significativos para o impulsionamento internacional do Brasil. A União Europeia (UE) e o Japão eram os únicos atores relevantes que se comprometeram com metas significativas de redução de emissões de gases de efeito estufa, embora estas ainda fossem consideradas insuficientes pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas [*sigla em inglês, IPCC*]. Pouco antes da reunião em Barcelona, em novembro de 2009, o Brasil se juntou ao grupo de grandes emissores com metas significativas, mostrando uma mudança dramática em sua posição ao considerar uma aliança estratégica com a UE, abandonando sua histórica aliança com China e Índia. No entanto, em Singapura, os países da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), liderados pelos EUA e China, abandonaram a ideia de assinar um tratado legalmente vinculante de redução de emissões em Copenhague, causando reações negativas em governos europeus expressando desapontamento com a falta de um acordo vinculante. A chanceler alemã Angela Merkel, por exemplo, expressou sua frustração com a falta de progresso e descreveu o resultado da conferência como "insuficiente". Das três grandes potências climáticas apenas a UE tinha uma posição que favorecia um acordo efetivo, enquanto as outras duas resistiam. O Acordo de Copenhague, resultante da conferência, não tinha valor legal, uma vez que dependia da vontade de cada país para o cumprimento de suas propostas. No entanto, representando um marco importante, com o apoio de muitos países, incluindo grandes emissores, e cobria cerca de 80% das emissões

globais de gases de efeito estufa. O Brasil estava em uma posição ambivalente, com metas de redução de emissões que o colocavam no campo reformista, mas com posições de negociação que o aproximavam do campo conservador, destacando-se por sua parceria estratégica com a França e posteriormente sua associação ao Acordo de Copenhague com reservas (Viola, 2010).

3. RELAÇÕES INTERNAS: INFLUÊNCIA DOS ATORES DOMÉSTICOS

Em 1992, a cidade do Rio de Janeiro se tornou o epicentro da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, amplamente conhecida como Rio 92. Esta conferência foi reconhecida como um marco relevante na história das discussões ambientais. A partir desse evento, o Brasil incorporou a temática ambiental como um elemento essencial em sua política, culminando na criação de comissões dedicadas às questões ambientais (Melo *et al.*, 2018). Dessa forma, nesta seção buscaremos apresentar conclusões de investigações que destacam o papel crucial desempenhado por atores domésticos⁴ na orientação da PEB durante os Governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) nas negociações ambientais, com objetivo de abordar questões relacionadas à interação entre o desenvolvimento econômico e o meio ambiente.

No âmbito político, em 11 de dezembro de 2002, um evento de grande importância gerou impacto na política ambiental do Brasil. Na ocasião, o então presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, anunciou em Washington, nos Estados Unidos, que Marina Silva⁵, renomada defensora do meio ambiente, ocuparia a posição de Ministra do Meio Ambiente (MMA) em seu Governo. Esse anúncio ocorreu momentos antes de seu encontro com o então presidente norte-americano, George W. Bush. A nomeação de Marina Silva foi acolhida com entusiasmo pela comunidade ambientalista, muitos dos quais lideraram uma campanha nacional para que ela assumisse tal posição. Ela já havia sido destaque entre as representações ambientalistas no Congresso Nacional e possuía influência tanto dentro do Partido dos Trabalhadores (PT) quanto entre os defensores do movimento ambiental,

⁴ No contexto das relações internacionais, referem-se aos indivíduos, grupos, instituições, agências governamentais, organizações não governamentais (ONGs), partidos políticos e outros elementos dentro de um país que desempenham papéis significativos na formulação, implementação e influência das políticas nacionais e da política externa;

⁵ Marina Silva possui uma trajetória de vida singular. Ela nasceu e cresceu em uma comunidade de seringueiros no estado do Acre, situado na região amazônica do Brasil. Desde tenra idade, ela esteve envolvida na luta ao lado de Chico Mendes, um líder ambientalista cujo assassinato em 1988 chamou a atenção mundial para a causa dos seringueiros na Amazônia;

especialmente aqueles que abraçavam a perspectiva sócio-ambientalista. Contudo, a nomeação de Marina também trouxe consigo desafios significativos. Ela teve que equilibrar as expectativas do partido, que a pressionava para manter o movimento ambientalista sob controle, com as demandas dos ativistas ambientais, que esperavam concessões do PT. As tensões entre o partido e os movimentos sociais começaram a evoluir desde que o PT chegou ao poder, com essas mudanças se tornando particularmente evidentes no âmbito ambiental (Abers; Oliveira, 2015).

Dentre as propostas de Marina, estavam a recomposição e ampliação dos recursos financeiros e do quadro de pessoal do Ministério do MMA, do IBAMA, do ICMBio e do Sistema Florestal Brasileiro (SFB). Adicionalmente, houve o retorno do SFB e da Agência Nacional de Águas (ANA) à alçada do MMA. Durante os dois primeiros mandatos de Lula, a taxa anual de desmatamento sofreu uma queda notável de 67,6%, de 21,65 mil km² em 2002 para 7 mil km² em 2010, um feito que se deveu, em grande parte, às políticas implementadas por Marina durante seu período como MMA, entre 2003 e 2008 (Oliveira, 2022).

Figura 2 - Índice de desmatamento no Brasil



Fonte: Imazon - ClimaInfo, 2022

A partir de 2006, o Brasil abraçou uma abordagem estratégica ao criar uma economia de biocombustíveis, liderando a diplomacia do etanol. No entanto, essa

abordagem entrou em conflito com a posição do Brasil como aliado de nações como China, Índia e Indonésia nas negociações climáticas. Para que essa política fosse eficaz, tornou-se fundamental garantir que a transição para os biocombustíveis no Brasil não desencadeasse desmatamento, uma condição necessária, porém não suficiente, para consolidar o papel do etanol como uma *commodity* global. Portanto, o desafio reside em unir o desenvolvimento econômico com práticas sustentáveis que protejam o meio ambiente (Oliveira, 2022). No sentido oposto, o Brasil conseguiu melhorar significativamente a eficiência energética após o 'apagão' elétrico de 2001. No entanto, esse avanço não foi devidamente incorporado às políticas públicas como parte de uma estratégia mais ampla de redução das emissões de carbono. Além disso, a diversificação da matriz energética nos anos subsequentes se concentrou nas termoelétricas movidas a combustíveis fósseis, em detrimento de fontes de energia renovável, como termelétricas de biomassa, eólicas e solares (Viola, 2010).

Até meados de 2009, as políticas públicas relacionadas à mitigação e adaptação às mudanças climáticas no Brasil permaneciam notavelmente limitadas. Os recursos alocados para enfrentar essa questão nos Ministérios de Ciência e Tecnologia (MCT) e do MMA eram escassos, com o Plano Plurianual, de 2007, não destinando recursos substanciais para medidas de mitigação e adaptação. Ainda em 2007, uma secretaria dedicada às mudanças climáticas foi estabelecida no MMA, mas com recursos e capacidades limitadas. Em junho de 2008, o Poder Executivo submeteu ao Congresso um projeto de Lei de Mudanças Climáticas que não incorporava efetivamente a questão climática na estrutura legal do Brasil, uma vez que não definia claramente os gases de efeito estufa como poluentes. Conseqüentemente, apesar de avanços notáveis, como a considerável redução do desmatamento na Amazônia entre 2005 e 2009, em comparação com os anos anteriores, e a posterior diminuição de cerca de 25% nas emissões, houve uma necessidade de reconhecer o desafio contínuo de conciliar o desenvolvimento econômico com práticas sustentáveis que respeitem o meio ambiente (Oliveira, 2022). Ainda no mesmo ano, em dezembro de 2008, foi lançado o Plano Nacional de Mudanças Climáticas, pouco antes da Conferência de Poznan (COP-14), gerando interpretações ambíguas. De um lado, o plano não resultou de um esforço concertado e contínuo dos principais Ministérios para integrar a mitigação e adaptação às mudanças climáticas em suas políticas. Além disso, não propôs a criação de um ministério unificado de "Clima e Energia", uma tendência observada em vários países. Por outro lado, o plano representou uma quebra em relação à retórica histórica do Estado brasileiro em relação à Amazônia, ao estabelecer metas quantificáveis

de redução do desmatamento e um cronograma de ações. Embora o anúncio do plano tenha sido recebido com entusiasmo internacional, gerou dúvidas na comunidade climática do Brasil, devido à sua divulgação tardia e à pressão tanto nacional quanto internacional para aprimorá-lo.

O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) desempenhou um papel crucial na elaboração do relatório nacional de emissões, um instrumento vital na definição das políticas climáticas do Brasil. No entanto, a produção do segundo relatório de emissões enfrentou significativos atrasos, apesar da crescente importância das políticas climáticas no país e de sua influência nas negociações internacionais. Enquanto outras nações de renda média, como a Argentina, já haviam apresentado seus relatórios em 2007 ou 2008, o Brasil enfrentou diversos obstáculos para concluir o seu. Esses obstáculos incluíram restrições orçamentárias no MCT, conflitos com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) em relação a questões metodológicas e a entrega tardia do relatório em 2010 (Viola, 2010). Somada a isso, entre junho e setembro de 2009, surgiram três coalizões empresariais que demandavam mudanças na política climática brasileira. A primeira, conhecida como a ‘Aliança de Empresas Brasileiras pelo Clima’, que incluía federações e associações de empresas do agronegócio com diferentes intensidades de emissão de carbono e mentalidades gerenciais. Essa coalizão enfatizava principalmente a redução do desmatamento na Amazônia e a aceitação de mecanismos de mercado para evitar o desmatamento. A segunda coalizão, a ‘Carta Aberta ao Brasil sobre Mudanças Climáticas’, liderada por grandes empresas nacionais como a Vale, o Instituto Ethos, o Pão de Açúcar e a CPFL Energia, que defendeu um compromisso formal do país nas negociações climáticas e políticas de redução das emissões, destacando a eficiência energética e o controle do desmatamento. Por fim, a terceira coalizão, a ‘Coalizão de Empresas pelo Clima’, liderada por empresas como a AES Brasil, a Shell, a Ambev e a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, que propunha um compromisso ainda mais substancial, incluindo a redução de emissões até 2020 com base em 2007 e uma liderança destacada do Brasil nas negociações internacionais. Essas coalizões empresariais refletiram a diversidade de interesses e compromissos das empresas brasileiras em relação às mudanças climáticas, indicando um cenário dinâmico na busca por políticas mais eficazes (Viola, 2009).

O cenário político relacionado às políticas ambientais na Amazônia enfrentou

desafios significativos e perspectivas divergentes. Duas correntes de pensamento distintas permeiam as políticas de combate ao desmatamento na região. Um grupo de orientação desenvolvimentista, composto por ruralistas e políticos ligados ao setor rural, acredita que essas políticas representam uma ameaça ao desenvolvimento econômico da Amazônia, pois impedem o aumento da produção agropecuária. Em contrapartida, no outro grupo, a maioria dos ambientalistas argumentam que é possível reduzir o desmatamento e, ao mesmo tempo, aumentar a produção agropecuária em áreas já desmatadas. Por outro lado, a influência do lobby⁶ no poder legislativo brasileiro, especialmente sobre os presidentes da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na Câmara dos Deputados e na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, são questões cruciais que podem impactar a integridade do processo legislativo. Uma abordagem para amenizar essa questão complexa seria a promulgação de uma legislação que regulamentasse o lobby e seus procedimentos, promovendo maior transparência e reduzindo a influência financeira sobre os políticos. Essa medida visaria a preservar, assegurando que as decisões tomadas reflitam verdadeiramente as necessidades e demandas da população, ao invés de atender predominantemente aos interesses dos financiadores de campanhas eleitorais, como as empresas dos setores do agronegócio, construção civil e sistema financeiro, que atuaram como financiadoras de campanhas eleitorais. Essas empresas exercem influência direta nas decisões e posicionamentos das casas legislativas, tornando o fator econômico um diferencial significativo nas eleições brasileiras (Melo *et al.*, 2018).

De acordo com Helen Milner, em sua obra “*Interesses, Instituições e Informações: Política Doméstica e Relações Internacionais*”, de 1997, a política doméstica e as RI estão intrinsecamente interligadas. A autora adota abordagens da teoria da escolha racional, ao enfatizar o interesse nacional como uma variável central nessa discussão. Especialmente no contexto doméstico, a forma como a informação é compartilhada entre os responsáveis pelas decisões de política externa está diretamente relacionada à eficácia ou ineficácia das políticas. Milner argumenta que informações incompletas podem resultar em vantagens

⁶ Na política refere-se às atividades realizadas por grupos de interesse, empresas, organizações não governamentais (ONGs) e indivíduos para influenciar as decisões e políticas dos órgãos governamentais. O lobby pode ser legítimo e desempenhar um papel fundamental na representação de diferentes pontos de vista na elaboração de políticas públicas. No entanto, também pode levantar questões éticas e de transparência, especialmente quando há falta de regulamentação e transparência nas interações entre grupos de interesse e os responsáveis pela tomada de decisões.

políticas, mas também em resultados ineficientes. Na esfera doméstica, no âmbito ambiental, também surgiram tensões entre Marina Silva e outros tomadores de decisão do Governo Lula. Internamente, uma coalizão de atores políticos e econômicos, incluindo líderes do PT, se opunha às aspirações ambientais da ex-Ministra. O argumento dessa coalizão era sobre a necessidade de flexibilizar regulamentações ambientais e processos de licenciamento para promoção do desenvolvimento do país, especialmente em regiões menos desenvolvidas, como o Norte e o Nordeste (Pereira, 2019), ressaltando a importância dessas disputas na formulação de políticas públicas domésticas e na PE.

Com base nas informações disponíveis, o comportamento de cada ator se torna uma resposta importante ao comportamento dos outros e à estrutura institucional. Além disso, Tsebelis (1998) argumenta que um jogo é composto por (i) um conjunto de jogadores, (ii) estratégias — que dependem das informações disponíveis — e (iii) recompensas para cada um (Kageyama; Santos, 2011). Embora o Governo Lula fosse considerado uma coalizão, muitas contradições surgiram devido à necessidade de governabilidade. Marina Silva, como uma jogadora nesse cenário, trouxe consigo a experiência de ter crescido em uma comunidade de seringueiros no interior do Acre. Além disso, os produtores rurais também desempenhavam um papel importante, especialmente aqueles com menos poder político, que eram o foco do primeiro mandato de Lula, já que cerca de 70% dos alimentos básicos no Brasil eram provenientes da agricultura familiar (Kageyama; Santos, 2011). No entanto, uma vez que a produção dos agricultores familiares estava voltada para o mercado doméstico, seu poder econômico e capacidade de negociação eram limitados, tornando-se subjugados às indústrias maiores. Assim, atores como Marina Silva e o MMA também enfrentaram obstáculos em conflitos com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). O MMA defendia medidas rigorosas para o controle do uso comercial de produtos biotecnológicos, enquanto o MAPA adotava uma abordagem divergente, dada a crescente valorização desses produtos na época (Pereira, 2019).

Para uma compreensão mais profunda da relação entre o cenário internacional e o doméstico, os grupos domésticos buscam seus interesses pressionando o governo a adotar políticas que os beneficiem. No contexto internacional, os governos buscam minimizar as consequências das questões externas e conciliá-las com sua capacidade de atender às pressões domésticas (Putnam, 2010). No caso brasileiro, o Governo Lula teve que lidar com desafios domésticos originários de setores empresariais e produtivos, além das

demandas de ONGs e movimentos sociais, e internacionalmente com questões que surgiram à medida que o protagonismo brasileiro se consolidava em algumas áreas, como a econômica. Na seção subsequente, discutem-se as políticas implementadas por Marina Silva, que priorizaram a conservação da biodiversidade e a redução do desmatamento na Amazônia, ressaltando a complexa dinâmica geopolítica envolvendo a proteção da região. No geral, essas seções oferecem uma visão abrangente das políticas e ações relacionadas ao meio ambiente e mudanças climáticas no Brasil durante o Governo Lula, considerando seus impactos em âmbito nacional e internacional.

4. IMPACTOS E RESULTADOS

A política externa do governo Lula desempenhou um papel significativo nas negociações sobre mudanças climáticas. A política externa do Brasil refletiu a prioridade dos seus governos. O desenvolvimento e a soberania foram, do período da ditadura militar até o Governo Lula, os pontos que delinearão essa política. Como vimos, a participação da Amazônia na política externa do Brasil não é fato recente. Desde os tempos em que o Brasil era colônia, a região já fazia parte da política externa voltada para a consolidação do território. Esta função foi além da época do Império, estando presente também no período em que Rio Branco esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores. Dominavam, portanto, nesta época, os conceitos de segurança e soberania quando se tratava da floresta. Apesar de algumas diferenças, esta condição esteve presente de Rio Branco até os dias de hoje (Bezerra, 2013).

Durante os governos Lula, o Brasil propôs a ideia de responsabilidades diferenciadas entre os países com base em sua responsabilidade histórica e atual em relação às emissões de gases de efeito estufa (GEE) e suas diferenças no nível de desenvolvimento. O presidente Lula destacou a importância desses princípios, explicitamente apontando os países ricos como causadores das mudanças climáticas, uma abordagem diferente do governo anterior que buscava parcerias com nações desenvolvidas para desenvolver tecnologias limpas. O governo Lula não era contrário ao mercado de carbono e tecnologias limpas, reconhecendo os benefícios econômicos dessas atividades. O Brasil apresentou uma proposta que destacava a importância de combater o desflorestamento, valorizar os biocombustíveis, como o etanol, e promover maior eficiência energética. O Governo estava preocupado em garantir que as regiões com florestas fossem protegidas, estabelecendo um sistema de monitoramento eficaz. Além disso, o Brasil viu nos biocombustíveis uma

oportunidade, especialmente diante do aumento das temperaturas globais causadas pela queima de combustíveis fósseis. O etanol se tornou uma alternativa atraente, dada sua disponibilidade e preço acessível. O Governo também enfatizou o uso de fontes de energia limpa, como solar e eólica, como parte de sua estratégia de eficiência energética. Em suma, a política externa do governo Lula abordou as mudanças climáticas de forma mais abrangente, visando soluções sustentáveis e uma redução efetiva das emissões de GEE (Neves Junior, 2011).

Marina Silva, durante sua gestão, demonstrou uma preocupação central com a conservação da biodiversidade e a proteção do conhecimento tradicional, que tinha raízes profundas em sua origem e nas experiências vividas junto a comunidades indígenas e populações tradicionais. A Amazônia, como o principal ponto de foco de suas políticas, desempenhou um papel central nesse contexto, pois o Brasil abriga uma riqueza biológica sem paralelos, com 20% a 25% de todas as espécies do planeta (Kageyama; Santos, 2011). No entanto, a exploração inadequada de recursos biológicos, incluindo a biopirataria, ameaçava essa valiosa biodiversidade e o conhecimento tradicional. O combate a essas ameaças, a proteção dos direitos das comunidades locais e a busca por uma legislação sólida de acesso aos recursos genéticos e repartição de benefícios tornaram-se prioridades sob sua liderança. Outra questão-chave durante seu mandato foi a drástica redução do desmatamento na Amazônia. Com taxas alarmantes de desmatamento nas décadas anteriores, Marina Silva e sua equipe implementaram políticas que visavam frear esse processo. A criação de um Projeto Transversal do Governo envolvendo vários Ministérios e a promoção de uma coordenação conjunta foram estratégias eficazes para a redução do desmatamento. As ações conjuntas e o estabelecimento de metas resultaram em uma queda acentuada nas taxas de desmatamento, um feito significativo que contribuiu para a conservação da biodiversidade e para a redução das emissões de gases de efeito estufa, demonstrando o compromisso do governo em proteger a floresta tropical e promover o manejo sustentável dos recursos naturais da Amazônia (Kageyama; Santos, 2011).

Em 2009, uma série de eventos relevantes ocorreram na área climática, com destaque para as ações das empresas e governos dos estados amazônicos. Liderados pelos estados do Amazonas e Mato Grosso, e apoiados pela Secretaria de Assuntos Estratégicos do governo federal, esses estados formaram o Fórum da Amazônia e fizeram um pedido crucial para uma mudança na posição brasileira em relação às florestas. Eles constrangeram

o Brasil a aceitar que o desmatamento evitado seja incorporado aos mecanismos de mercado, como o MDL ou o esquema Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD+), incluindo a geração de créditos de carbono. Esse questionamento, que desafia os fundamentos da posição brasileira historicamente defendida nas negociações climáticas, encontrou apoio no MMA e desafiou o Ministério de Relações Exteriores (MRE) e o MCT na definição da política climática externa do Brasil (Viola, 2010). A política de prevenção e combate ao desmatamento na Amazônia, com foco na priorização de municípios, também surgiu como uma resposta às crescentes preocupações ambientais e à necessidade de conter o desmatamento na região. No entanto, muitas das medidas iniciais tomadas não surtiram algum efeito significativo quanto ao desmatamento. A política de priorização de municípios para ações de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento estabeleceu critérios específicos, incluindo a proibição de crédito para atividades agropecuárias e florestais em áreas sujeitas a embargos devido a desmatamento ilegal. Essa abordagem combinou medidas de repressão com incentivos para a adoção de práticas sustentáveis.

O caso da Amazônia exemplifica de forma eloquente a complexa dinâmica geopolítica que se desenrola em torno da crise ambiental global. Esta vasta região de 6,5 milhões de quilômetros quadrados tornou-se um ponto de interesse crítico devido ao seu papel fundamental na conservação da biodiversidade e na mitigação das mudanças climáticas. No contexto atual, a conservação de ecossistemas inteiros, como a Amazônia, tornou-se essencial para preservar a biodiversidade. No entanto, a região está ameaçada pela intervenção humana e pelo desmatamento, o que coloca um dilema em relação à soberania dos países que a abrigam. A comunidade internacional está em uma encruzilhada, buscando um equilíbrio entre a necessidade de proteger este "pulmão do planeta" e o respeito à soberania nacional do Brasil e de outros países amazônicos. A complexa interação entre a conservação ambiental, o desenvolvimento econômico e a geopolítica global complica ainda mais essa questão. Assim, os países latino-americanos argumentaram que a crise ambiental global se origina na histórica assimetria no desenvolvimento econômico, onde o Primeiro Mundo prosperou à custa de um sistema econômico altamente explorador de recursos naturais no Terceiro Mundo. A pressão para expandir a agricultura para a produção de *commodities* destinadas aos mercados consumidores do Primeiro Mundo tem sido uma das principais causas do desmatamento na Amazônia.

O Fundo Amazônia é uma iniciativa crucial que visa apoiar ações de conservação, preservação e desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal. Criado em 2008, o Fundo foi estabelecido por meio de um acordo entre os governos da Noruega e do Brasil, com o intuito de combater o desmatamento e promover práticas sustentáveis na região, considerada vital para a biodiversidade global e para o equilíbrio ambiental e a contribuição voluntária de países em desenvolvimento para a redução de emissões de gases de efeito estufa resultantes do desmatamento e da degradação das florestas (REDD). Criado em 1º de agosto de 2008 pelo Decreto nº 6.527, o Fundo Amazônia tem como principal objetivo a captação de recursos para projetos em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e uso sustentável do bioma amazônico. Além disso, até 20% dos recursos do Fundo podem ser usados no desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em outros países tropicais (Ipam *s.d.*, 2023). A captação dos recursos doados ao Fundo é realizada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que também atua como seu gestor, com a integração de procedimentos e decisões de seus três órgãos principais: o Comitê Orientador, o Comitê Técnico e o Gestor do Fundo. As doações ao Fundo Amazônia são feitas em bases voluntárias por empresas, instituições multilaterais, organizações não-governamentais (ONG 's) e governos. Ao receber uma doação, o BNDES emite diplomas reconhecendo a contribuição dos doadores, que não geram direito de crédito de carbono para compensações pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam *s.d.*, 2023).

Gerido pelo BNDES, o Fundo já recebeu, desde sua criação, R\$3,3 bilhões em doações. O primeiro repasse foi feito em 2009 pela Noruega – principal doadora do Fundo. Os rendimentos financeiros somam R\$2,2 bilhões, totalizando um montante de R\$5,5 bilhões arrecadados. O cenário político relacionado às políticas ambientais na Amazônia enfrenta desafios significativos e divergentes perspectivas. No entanto, pode-se observar que as políticas adotadas pelo governo brasileiro na primeira década dos anos 2000 conseguiram resultados positivos na redução do desmatamento. Um relatório divulgado na reunião da ONU em 2014 sobre mudanças climáticas em Bonn, Alemanha, destaca o Brasil como líder na redução do desmatamento e das emissões de gases do efeito estufa. O estudo, produzido pela *Union of Concerned Scientists*, (União de Cientistas Preocupados, em tradução livre), dos Estados Unidos, analisou o progresso do Brasil na primeira década deste século, quando o país passou de líder mundial em desmatamento para um exemplo

de sucesso. O relatório enfatiza uma queda de 70% nas taxas de desmatamento no Brasil entre 2013 e a média de 1996 a 2005, com cerca de 80% da floresta original ainda preservada (Corrêa, 2014). Mesmo com aumentos pontuais, o desmatamento geral continuou em declínio, indicando que um setor agrícola forte e moderno pode coexistir com a preservação da paisagem florestal.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a política ambiental do Brasil, especialmente no contexto das relações internacionais, revelou descobertas significativas que destacam a complexidade das negociações ambientais globais e as implicações diretas para a política externa brasileira. A discussão sobre o desmatamento na Amazônia e o papel crucial desse ecossistema na manutenção da biodiversidade e no combate às mudanças climáticas oferece insights profundos sobre a interseção entre questões ambientais, diplomacia e interesses nacionais. Buscando uma maior compreensão acerca da *‘Política Externa Brasileira nas negociações ambientais’*, este artigo buscou analisar a PEB durante os dois primeiros mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva, entre os anos de 2003 e 2010, no contexto das negociações ambientais globais, a defesa da soberania amazônica e a projeção internacional. Ao longo das décadas, o Brasil passou por uma notável transformação em sua abordagem em relação às questões ambientais, evoluindo de uma ênfase na proteção da Amazônia para a promoção de uma agenda ambiental sustentável em escala global. Analisou as complexas dinâmicas que moldaram a abordagem do Brasil em relação às mudanças climáticas e à conservação ambiental, com foco na atuação de atores domésticos-chave. O governo Lula buscou equilibrar o desenvolvimento econômico com as preocupações ambientais, destacando tanto as responsabilidades nacionais quanto as internacionais. No entanto, as negociações internacionais enfrentaram desafios significativos, como a falta de metas vinculativas em tratados ambientais e as divergências entre os principais atores globais, principalmente. Notou-se que a política externa brasileira manteve uma posição ambivalente em alguns momentos, buscando parcerias estratégicas e compromissos em acordos internacionais, mas também enfrentando pressões políticas e econômicas internas.

A estratégia do Brasil em relação aos biocombustíveis, como o etanol, reflete a complexidade de conciliar o desenvolvimento econômico com práticas sustentáveis. A busca por eficiência energética também teve avanços, mas a diversificação da matriz

energética ainda apresenta desafios. A criação do Plano Nacional de Mudanças Climáticas e os atrasos na produção do relatório nacional de emissões são exemplos das tensões e desafios enfrentados pelo Brasil em sua política climática. A influência das coalizões empresariais e as divergentes perspectivas em relação ao desmatamento na Amazônia também ilustram a complexidade do cenário político. As descobertas evidenciam que o desmatamento na Amazônia não é apenas uma questão ambiental, mas também uma preocupação de ordem geopolítica, econômica e social. O aumento do desmatamento afeta não só a biodiversidade e as comunidades locais, mas também tem repercussões globais, impactando as negociações internacionais sobre mudanças climáticas e acordos comerciais. Isso coloca o Brasil em destaque no cenário internacional, requerendo uma abordagem estratégica e coordenada em sua política externa para conciliar questões ambientais com seus interesses econômicos e geopolíticos.

As implicações dessas descobertas para a PEB são substanciais. O país enfrenta o desafio de equilibrar a promoção do desenvolvimento econômico com a preservação ambiental, buscando uma posição que não apenas respeite os compromissos internacionais assumidos, mas também promova uma liderança responsável na conservação da Amazônia e na mitigação das mudanças climáticas. Isso implica em fortalecer a cooperação internacional, reforçar mecanismos de monitoramento e implementação de políticas ambientais eficazes, além de considerar estratégias que valorizem as populações locais como parceiras na preservação ambiental. Considerando o impacto contínuo das questões ambientais nas relações internacionais, recomenda-se que futuras pesquisas se concentrem na análise aprofundada dos efeitos das políticas ambientais brasileiras nas negociações globais, bem como na exploração de estratégias inovadoras que possam conciliar de forma mais eficaz os objetivos ambientais com as necessidades econômicas do país. Além disso, é fundamental promover um diálogo contínuo entre governos, sociedade civil e setor privado para construir consensos e colaborações em prol da preservação ambiental.

Em síntese, as questões ambientais continuam a desempenhar um papel crucial nas relações internacionais e na política externa do Brasil. A capacidade do país em lidar com esses desafios não apenas impacta a sustentabilidade ambiental, mas também sua credibilidade e posição no cenário global. É fundamental que o Brasil adote uma abordagem proativa e colaborativa, reconhecendo a importância de uma política externa alinhada com a proteção ambiental para assegurar um futuro sustentável para o país e para

o planeta como um todo. Por fim, destaca-se o desafio contínuo de conciliar o desenvolvimento econômico com práticas sustentáveis, tanto no âmbito doméstico quanto no internacional. As complexas dinâmicas geopolíticas e econômicas que envolvem a conservação da Amazônia e outros ecossistemas cruciais exigem uma abordagem equilibrada que leve em consideração tanto a necessidade de proteger o meio ambiente quanto a soberania dos países. A política ambiental do Brasil durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva representou um momento de avanços, desafios e reflexões em relação à conservação ambiental e às mudanças climáticas. A interação entre atores domésticos e a complexa dinâmica geopolítica desempenhou um papel fundamental na orientação das políticas do país nesse contexto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, Rebecca Neaera; OLIVEIRA, Marília Silva de. **Nomeações políticas no Ministério do Meio Ambiente (2003-2013): interconexões entre ONGs, partidos e governos**. Revista de Política Ambiental, vol. 10, no. 2, pp. 45-58, 2015. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/op/a/6cnzsH8bx7pr6M6XyqQPD6b/> >. Acesso em 10 de outubro de 2023.

AGUIAR, Moniza Heinzelmann Portella de; MATOS, Beatriz Rodrigues Bessa; CARDOSO, Nayara Tavares. **O discurso ambiental brasileiro e a transformação do conceito de soberania: uma análise de Estocolmo à Rio+20**. Título do Periódico Abreviado, [S.l.], v.3, n.1, p. 141-164, Jan 2015. Disponível em: < <https://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/8893> >. Acesso em 27 de outubro de 2023.

BEZERRA, Joana Carlos. **O Papel do Meio Ambiente na Política Externa Brasileira. Ideias**. Campinas, SP, n. 6, nova série, 1º semestre de 2013. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649401/15956> >. Acesso em 14 de outubro de 2023. <https://doi.org/10.20396/ideias.v4i1.8649401>

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Presidente Lula assina decreto para criar Fundo Amazônia no BNDES**. Disponível em: < https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20080731_not119_08/ >. Acesso em 11 de setembro de 2023.

BRASIL, SENADO FEDERAL. **Protocolo de Kyoto**. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/protocolo-de-kyoto/> >. Acesso em 11 de setembro de 2023.

BIATO, Márcia. **Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima**. Organização das Nações Unidas. Disponível em: < https://www.senado.leg.br/ril/edicoes/42/166/ril_v42_n166_p233.pdf >. Acesso em 11 de setembro de 2023.

BECKER, B. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

CASTELO, Thiago Bandeira; ADAMI, Marcos; ALMEIDA, Crislayne Azevedo; ALMEIDA, Oriana Trindade. **Governos e mudanças nas políticas de combate ao desmatamento na Amazônia**. Revista Iberoamericana de Economía Ecológica, v. 28, n. 1, p. 125-148, 2018. ISSN 1390-2776. Disponível em: < https://ddd.uab.cat/pub/revibec/revibec_a2018v28/revibec_a2018v28p125.pdf >. Acesso em 11 de setembro de 2023.

CERVO BUENO. **História da Política Exterior do Brasil, 2002**. Disponível em: < https://www.google.com/url?sa=t&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjqvqiS9Y2DAxUfpJUCHcXODDYQFnoECAoQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.academia.edu%2F30352737%2FCERVO_BUENO_Historia_da_Politica_Exterior_do_Brasil_2002_LIVRO_COMPLETO&usg=AOvVaw3sPoQldVz7FcFM9wllczQP&opi=8997844 >

9 >. Acesso em 25 de outubro de 2023.

CORRÊA, Rafael. **Política externa equatoriana: o governo Rafael Correa e a busca por autonomia**, 2014. Disponível em: < <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjTxujt9Y2DAxXcqpUCHXhVAXAQFnoECAsQAQ&url=https%3A%2F%2Frepositorio.ufsc.br%2Fhandle%2F123456789%2F129282&usg=AOvVaw3qPMNvgRjkNR9IZ080HcsN&opi=89978449> >. Acesso em 29 de novembro de 2023.

CLIMAINFO; IMAZON. **O desmatamento da Amazônia de janeiro a agosto de 2022 já é o maior dos últimos 15 anos**. Disponível em: < <https://climainfo.org.br/2022/09/19/desmatamento-da-amazonia-de-janeiro-a-agosto-de-2022-ja-e-o-maior-dos-ultimos-15-anos/> >. Acesso em 28 de novembro de 2023.

DAL SASSO, Guilherme. **A paralisação das demarcações de Terras Indígenas sob o neodesenvolvimentismo da esquerda no poder**. Lugar Comum, Rio de Janeiro, n. 54, julho de 2019. Disponível em: < <https://revistas.ufrj.br/index.php/lc/article/download/41687/22603> >. Acesso em 11 de outubro de 2023.

ESTEVO, Jefferson dos Santos. **A política externa do presidente Lula da Silva no âmbito das mudanças climáticas (2003-2009)**. Dissertação de mestrado. UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas, 2012. 77 f. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/ipri/btd/index.php/10-dissertacoes/1824-a-politica-externa-do-presidente-lula-da-silva-no-ambito-das-mudancas-climaticas-2003-2009>. Acesso em 11 de setembro de 2023.

FIGUEIRA, Ariane Roder. **Introdução à Análise de Política Externa**, Volume 1. São Paulo: Saraiva, 2011. Disponível em: < <https://ainterpol.files.wordpress.com/2014/05/figueira-introduc3a7c3a3o-a-anc3a1lise-de-polc3adtica-externa.pdf> >. Acesso em 28 de novembro de 2023.

GUIMARÃES, Roberto; FONTOURA, Yuna. **Desenvolvimento sustentável na Rio + 20: discursos, avanços, retrocessos e novas perspectivas**. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 10, n. 03, set. 2012. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S1679-39512012000300004> >. Acesso em 27 de novembro de 2023.
<https://doi.org/10.1590/S1679-39512012000300004>

IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. **O que é o Fundo Amazônia?** Disponível em: < <https://ipam.org.br/entenda/o-que-e-o-fundo-amazonia/> >. Acesso em 30 de outubro de 2023

KAGEYAMA, Paulo Y.; SANTOS, João Dagoberto dos. **Aspectos da política ambiental nos governos Lula**. Revistafaac, Bauru, v. 1, n. 2, p. 179-192, out. 2011/mar. 2012. Disponível em: < <https://www3.faac.unesp.br/revistafaac/index.php/revista/article/view/67#:~:text=Alguns%20programas%20b%C3%A1sicos%20dessa%20gest%C3%A3o,uso%20e%20conserva%C3%A7%C3%A3o%20da%20agrobiodiversidade.> >. Acesso em 28 de novembro de 2023.

LAGO, A. Estocolmo, Rio, Joanesburgo. **O Brasil e as três conferências ambientais**

das Nações Unidas. 1ed. Brasília: FUNAG, 2006, 276 p. Disponível em: < http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=167170 >. Acesso em 12 de outubro de 2023.

LE PRESTRE, P. **Ecopolítica Internacional**, 2ed, v.3. São Paulo: Ed. SENAC, 2005. Disponível em: < <https://acervo.enap.gov.br/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=52353> >. Acesso em 29 de novembro de 2023.

MARCONI, Maria; LAKATOS, Eva. **Fundamentos de metodologia científica**. 5a. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: < https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india >. Acesso em 29 de novembro de 2023.

MARQUES, Fabricio. **Discórdia em Copenhague**. Revista Pesquisa Fapesp, Edição 167, jan. 2010. Disponível em: < <https://revistapesquisa.fapesp.br/disc%C3%B3rdia-em-copenhague/> >. Acesso em 26 de outubro de 2023.

MELO, João Eduardo Branco; FRITZEN, Adriano; FERNANDES, Sandra Beatriz Vicenci; SIEDENBERG, Dieter Rugard; ALLEBRANDT, Sérgio Luís. **Política e Meio ambiente: A influência do lobby nas decisões legislativas**. Revista Grifos, n. 44, 2018. Disponível em: < <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/4273/2552> >. Acesso em 30 de novembro de 2023.

MESQUITA, Fernando César. **Desmatamento e política**. **Jornal do Brasil**, Opinião, p. A11, 27 de maio de 2000. Disponível em: < <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/63015/noticia.htm?sequence=1> >. Acesso em 11 de setembro de 2023.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. **O Brasil lidera o debate sobre o clima. País anuncia meta voluntária de redução de emissão de gás carbônico**. Disponível em: < <http://memorialdademocracia.com.br/card/brasil-lidera-debate-sobre-o-clima> >. Acesso em 11 de setembro de 2023.

MILANI, Carlos R. S.; PINHEIRO, Leticia. **Política Externa Brasileira: Os Desafios de sua Caracterização como Política Pública**. Revista Brasileira de Política Internacional, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 11-41, jan. /jun. 2013. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/cint/a/Dy6zLys78XTnTV8YFkY9ZJJ/abstract/?lang=pt> >. Acesso em 30 de novembro de 2023.

MILNER, Helen V. **Interests, Institutions, and Information: Domestic Politics and International Relations**. Princeton: Princeton University Press, 1997. Disponível em: < <https://www.jstor.org/stable/j.ctv10vm16k> >. Acesso em 25 de novembro de 2023.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Governo discute proposta do Brasil na COP-15**. Disponível em: < <https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/governo-discute-proposta-do-brasil-na-cop15> >. Acesso em 11 de setembro de 2023.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Lula renova compromisso de desenvolvimento econômico com sustentabilidade**. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/lula-renova-compromisso-de-desenvolvimento-economico-com-sustentabilidade>. Acesso em 11 de setembro de 2023.

MOTTA, Ronaldo Seroa da. **Análise das metas do Acordo de Copenhague**. Boletim Regional, Urbano e Ambiental, v. 04, jul. 2010. Disponível em: < https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5622/1/BRU_n4_analise_metas.pdf >. Acesso em 26 de novembro de 2023.

NEVES, Luiz Augusto de Castro; DALAQUA, Renata Hessmann. **De Estocolmo a Rio+20: uma análise da atuação brasileira sobre as principais conferências internacionais sobre meio ambiente e desenvolvimento**. Cadernos Adenauer, XIII Edição Especial, 2012. Disponível em: < https://www.academia.edu/13395479/De_Estocolmo72_%C3%A0_Rio_20_uma_an%C3%A1lise_sobre_a_atua%C3%A7%C3%A3o_brasileira_nas_principais_confer%C3%AAncias_internacionais_sobre_meio_ambiente_e_desenvolvimento >. Acesso em 23 de novembro de 2023.

NEVES JÚNIOR, Edson José. **Uma Análise da Política Externa do Governo Lula em Relação à Temática das Mudanças Climáticas**. Aurora, Ano V, Número 7, janeiro de 2011, ISSN 1982-8004. Disponível em: < <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1244/1111> >. Acesso em 16 de outubro de 2023. D

OLIVEIRA, Caroline. **Marina Silva é a próxima ministra do Meio Ambiente; relembre sua trajetória**. Brasil de Fato. São Paulo, 29 de dezembro de 2022. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2022/12/29/marina-silva-e-a-proxima-ministra-do-meio-ambiente-relembre-sua-trajetoria> >. Acesso em 16 de outubro de 2023.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Política Externa Brasileira**. Editora: Saraiva, 2005. Disponível em: < https://books.google.com/books/about/POL%C3%8DTICA_EXTERNA_BRASILEIRA.html?id=ISprDwAAQBAJ >. Acesso em 23 de novembro de 2023.

PÁDUA, J. A. **Biosfera, história e conjuntura na análise da Questão Amazônica**. História, Ciências, Saúde, v. VI, p. 793-811, 2000.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 51, n. 2, p. 136-153, 2008. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/JzDTpX6cTKThqB3HRScTVKv/abstract/?lang=pt> >. Acesso em 12 de novembro de 2023. <https://doi.org/10.1590/S0034-73292008000200009>

PEREIRA, Elson de Menezes. **Política Externa Brasileira, governança do clima e cooperação: a importância estratégica e operacional do INPE**. Tese (Doutorado – Programa de Doutorado Interinstitucional em Relações Internacionais. Brasília-DF: Universidade de Brasília, 2019. Disponível em: < <https://repositorio.unb.br/handle/10482/37000?mode=full> >. Acesso em 17 de novembro de 2023.

PENSAMENTO VERDE. **Conheça o Tratado de Copenhague da COP 15**. Disponível em: < <https://www.pensamentoverde.com.br/sustentabilidade/conheca-tratado-copenhague-firmado-cop-15/> >. Acesso em 11 de setembro de 2023.

PROCLIMA - Programa Estadual de Mudanças Climáticas do Estado de São Paulo.

COP15 / MOP5 – Copenhagen, Dinamarca (dezembro de 2009). Disponível em: < <https://cetesb.sp.gov.br/proclima/conferencia-das-partes-cop/cop-15-mop-5-copenhague-dinamarca-dezembro-de-2009/> >. Acesso em 11 de setembro de 2023.

PUTNAM, Robert D. **Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis.** *Revista de Sociologia e Política*, Vol.18, Nº. 36, p. 147-174, 2010. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/qZDV3KMBGGt7RQNCR37Ymkk/abstract/?lang=pt> >. Acesso em 21 de novembro de 2023.

PUTNAM, Robert. **Diplomacia e política doméstica: a lógica do jogo de dois níveis,** 2010. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/qZDV3KMBGGt7RQNCR37Ymkk/abstract/?lang=pt> >. Acesso em 12 de novembro de 2023. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200010>

SILVA, Ana Paula Moreira da; MARQUES, Henrique Rodrigues; SAMBUICHI, Regina Helena Rosa. **Mudanças no Código Florestal Brasileiro: Desafios para Implementação da Nova Lei.** IPEA, 2016. Disponível em: < <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6912> >. Acesso em 25 de novembro de 2023.

TSEBELIS, George. **Representação política: Neoinstitucionalismo em perspectiva comparada,** 1998. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rbcso/a/rxfHbhZjNfnP5jK5KvKvn4h/?lang=pt> >. Acesso em 14 de novembro de 2023.

UNITED NATIONS. General Assembly. **Resolution adopted by the general assembly 64/236.** New York, 2010. Disponível em: < https://www.iom.int/jahia/webdav/shared/shared/mainsite/policy_and_research/un/64/a/res-64-236.pdf >. Acesso em 27 de outubro de 2023.

VIEIRA, Marco Antonio Muxagata de Carvalho. **Ideias e Instituições: Uma Reflexão sobre a Política Externa Brasileira do Início da Década de 90.** Volume 23, 2001. Disponível em: < http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/Vieira_vol23n2.pdf >. Acesso em 27 de outubro de 2023.

VIOLA, Eduardo. **A Política Climática Global e o Brasil: 2005-2010.** Agosto, 2010. Disponível em: < https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/rtm/110321_rtm_vol02_cap4.pdf >. Acesso em 10 de outubro de 2023.

VIOLA, Eduardo; FRANCHINI, Matías. **Sistema internacional de hegemonia conservadora: o fracasso da Rio + 20 na governança dos limites planetários.** *Ambiente & Sociedade*, v.15, n.3, p. 01-18, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2012000300002>. Acesso em 27 de outubro de 2023. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2012000300002>